



Orientação e encaminhamento de alunos com deficiência ao ensino superior.

Resumo:

O ingresso do aluno com deficiência no ensino superior ainda é bastante restrito em nosso país. Vários fatores contribuem para essa realidade, como a má qualidade de ensino oferecida a esses alunos na educação básica, decorrente da falta de recursos humanos e estrutura organizacional das escolas voltados para tal clientela, a baixa auto estima dos alunos com deficiência e de suas famílias que não vêm neles a competência necessária para tal aprofundamento acadêmico, bem como, a própria seletividade natural dos cursos de nível superior que não possuem vagas para todos, para citar alguns exemplos. Este projeto de extensão tem como finalidade mapear os possíveis candidatos com deficiência para o vestibular e orientá-los no sentido de seu direito, capacidade e possibilidade de avançar em seus estudos.

Palavras chaves: inclusão escolar, deficiência, ensino superior.

Abstract:

Guaranteeing disabled pupils access to higher education is something pretty restricted in our country. Many factors contribute to this situation, for example, poor basic teaching quality, caused by the lack of supplies, the way how scholarly organizational structure focused on them works, their own low self esteem, and of their relatives who often can not see their potential for an entrance in a university, and the selection process for higher education that does not offer everyone enough vacancies. This extension project aims to map out possible applicants with disabilities for an entrance test, and give them orientation about their rights, abilities and possibility of advancing their studies.

Keywords: School Inclusion, Disabilities, Higher Education

Introdução

Ao longo das duas últimas décadas o sistema educacional brasileiro tem estabelecido políticas e práticas objetivando a construção de um sistema de ensino que seja inclusivo. Embora as categorizações sejam variadas de acordo com especificidades de cada um, dentre os grupos excluídos pela educação ao longo do tempo, queremos fazer um recorte para falar de alunos com deficiência, que embora pertencentes a um rol de inúmeras minorias, ao se



tratar de educação escolar possuem especificidades particulares que requerem alterações, em menor ou maior grau, da estrutura existente.

Diante do discurso de inclusão social e educacional das minorias intensificado pós Declaração de Salamanca (1994), a sociedade brasileira tem buscado, ainda que em passos lentos, atender as demandas de pessoas com necessidades especiais nos mais variados segmentos.

A educação, que a nosso ver, é um dos segmentos de maior entrave na busca desta equiparação de direitos e oportunidades, decorrente da dificuldade de mudança de concepção de seus atores, caminha na tentativa de transpor do discurso, que já está internalizado, para a prática ainda distante, uma educação de qualidade para todos.

Quando falamos em educação inclusiva para alunos com deficiência, opção educacional de todo o sistema nacional, referendado por diversos mecanismos legais a começar pela Constituição Federal (1988), passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e inúmeras leis, decretos, resoluções e portarias, o discurso fica na maioria das vezes restrito à Educação Básica como se esses alunos não fossem atingir o ensino superior. Se a proposta da educação inclusiva é oferecer um ensino de qualidade a todos de forma equitativa, o ensino superior tem que ser uma possibilidade também para esses alunos. No entanto, poucas pesquisas têm abordado essa temática e inúmeras questões se apresentam para efetivação de tal proposta.

A escola que temos hoje estruturada no Brasil não é uma escola inclusiva, pois, embora garanta o direito de matrícula a todos, não garante condições de permanência e sucesso acadêmico de acordo com as possibilidades de cada um. A escola, do ensino básico ao superior, pouco tem avançado no sentido de re-organização para atender a todos, considerando estrutura física, aquisição de recursos tecnológicos e pedagógicos, bem como formação de recursos humanos. Essa realidade reflete o baixo índice de alunos com deficiência no ensino superior, pois sem uma educação básica competente para ensinar a todos, o ensino superior se torna algo inatingível para a grande maioria das pessoas com deficiência. Segundo dados do censo realizado pelo IBGE em 2010, apenas cerca de 6,7% das pessoas com deficiência no Brasil possuem nível superior de escolaridade, o que corrobora a afirmação acima. Além da dificuldade de acesso, a permanência desses alunos nas universidades é outro aspecto a ser analisado. Diante da quase inexistência dessa realidade, as universidades têm se deparado com muitas dificuldades para garantir os meios necessários para que esses alunos obtenham sucesso acadêmico.

A educação como um direito de todos é um imperativo que ainda temos que alcançar. A democratização do ensino no Brasil tem que ultrapassar a meta do acesso, da garantia de vaga, e atingir possibilidades reais de desenvolvimento acadêmico de forma equânime, a partir das diferenças, do ensino básico ao superior. O desafio está posto. Estamos no momento de



construir um novo modelo de escola e de educação condizente com uma sociedade que se faz de todos, naturalmente inclusiva, que deixa para trás um paradigma excludente, marginalizador, para construir um novo paradigma em que as oportunidades sejam iguais para todos.

Objetivos

- 1- Fazer uma sondagem nas escolas de ensino médio de Araraquara para verificar a existência de alunos com deficiência matriculados;
- 2- Realizar um trabalho de orientação aos alunos identificados sobre ingresso no ensino superior. Este trabalho envolverá informações sobre cursos de graduação, suas características, mercado de trabalho, perfil profissional, entre outros, auxiliando assim o candidato a fazer sua escolha considerando suas limitações e suas possibilidades.
- 3- Realizar orientação e encaminhamento ao vestibular, auxiliando na busca das IES que atendam seus interesses, no preenchimento da inscrição, se necessário, no sentido de garantir acessibilidade para realização das provas e, sanando quaisquer outras dúvidas que surjam no processo.

Metodologia

A coleta de dados se realizará a partir de:

- levantamento das escolas de Ensino Médio na Diretoria de Ensino de Araraquara;
- entrevista semiestruturada aos alunos deficientes identificados;
- encontros de orientação mediados pela técnica de grupo focal.

Resultados

A sondagem para identificação dos alunos com deficiência matriculados no Ensino Médio da Diretoria de Ensino de Araraquara se deu mediante a visita em todas as escolas particulares que possuem esse nível de ensino, para obtenção dos dados dos alunos via secretaria da escola e, através do encaminhamento de um ofício à Diretoria de Ensino solicitando as informações referentes aos alunos da rede estadual de ensino. Esta Diretoria respondeu ao ofício e todos os dados obtidos foram organizados nas tabelas apresentadas a seguir.

Escolas de Ensino Médio no município de Araraquara

Instituições Públicas	12
Instituições Privadas	18
Total de instituições	30



Número de estudantes com algum tipo de deficiência

Instituições particulares	9
Instituições públicas	93
Total de alunos com alguma deficiência	102

Tipos de deficiência constatados

Deficiente auditivo	8
Deficiente visual / baixa visão	1
Deficiente intelectual	76
Deficiente físico	13
Deficiências múltiplas	3
TGD	1
Total de alunos	102

A obtenção dos referidos dados levou um tempo maior do que o previsto o que inviabilizou a execução das outras ações do projeto, a saber, orientação aos alunos identificados sobre o Ensino Superior, bem como, orientação e encaminhamento ao vestibular aos alunos concluintes do Ensino Médio. Essas ações estão em fase de implementação.

Conclusão

Os dados da sondagem realizada demonstram que os alunos com deficiência estão chegando ao Ensino Médio de forma gradativa, o que pressupõe a efetivação da proposta educacional brasileira de inclusão escolar em todos os níveis de ensino. As matrículas abrangem alunos com deficiências variadas como, auditiva, visual, intelectual, física, múltiplas e, com transtorno global de desenvolvimento, alunos definidos pela política nacional como público alvo da Educação Especial. Dentro desta política a perspectiva de ingresso no Ensino Superior deve ser uma realidade para essa população e este projeto de extensão, embora ainda com dados parciais, objetiva contribuir com esse processo.

Referências

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10 Ed. Brasília: Senado, 1988.

_____. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 mar. 2013.



BRASIL. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, 1994.

www.pessoacomdeficiencia.gov.br/cartilhacenso2010